do lugar anteriormente ocupado a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 639/2007

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 58/2007, de 27 de Abril, do n.º 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director regional da Economia do Centro o licenciado Justino Santos Pinto.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a nota relativa ao seu currículo académico e profissional que é publicada em anexo ao presente despacho.

26 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.*

ANEXO

Nota curricular

A) Identificação:

Justino Santos Pinto, casado;
Contribuinte n.º 140227172;
Natural de Sanguedo, nascido em 7 de Setembro de 1948;
Residente na Rua Dez, 903, 4500-221 Espinho; tel.: 227312174/5 (fax); telemóvel n.º 933397210; *e-mail:* justino_pinto@netcabo.pt.

B) Habilitações:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
Diversas pós-graduações incidindo sobre o planeamento e estrutura organizacional da empresa, gestão e planeamento estratégico, desenvolvimento das PME, entre outras;
Master em Advanced Credit Analysis, com principal incidência em *mergers and acquisitions* (Londres).

C) Experiência profissional:

Mais de 30 anos de experiência profissional, abrangendo diversas áreas empresariais, bem como diversos sectores económicos (metalúrgico, cerâmico, cortiça, químico, têxtil, financeiro, entre outros), ao nível de direcção e administração, destacando:

Controlo e análise de risco do crédito;
Organização e direcção administrativa e financeira;
Assessoria directa da administração de várias empresas, com a responsabilidade de seu controlo, acompanhamento e coordenação, interna e externamente, assumindo em diversas situações a própria gerência/administração;

Passagem pelo ensino universitário como professor convidado;
Leccionou em 1993 um curso para directores financeiros e gestores, sob o tema «Gestão financeira avançada», na AIP — EXPONOR, e a convite desta;
Consultadoria económica, financeira e fiscal, assumindo funções de *interim manager* em empresas em situação difícil, bem como de mediador activo em parcerias e *joint ventures* em empresas com dimensão e potencialidades de crescimento e internacionalização — isto já no âmbito de profissional liberal e do seu próprio gabinete.

D) Informações complementares mais relevantes:

Inscrito como técnico de contas na Direcção-Geral de Contribuintes e Impostos desde 28 de Dezembro de 1977, TOC n.º 3841;
Assistiu à fundação da Associação Portuguesa de Economistas (APEC), sendo o sócio n.º 216, e faz parte da Ordem dos Economistas, com o n.º 130;
Inscrito como gestor judicial para o Distrito Judicial do Porto e Coimbra (Decreto-Lei n.º 254/93, de 15 de Julho) — o que lhe tem permitido um contacto directo com a realidade económica, porventura mais crua e fria, do Norte e Centro;
Foi presidente do conselho fiscal da Federação Portuguesa de Hóquei (em campo) — dois mandatos;
Participou em diversos colóquios, congressos e encontros sectoriais, direccionados essencialmente para a vertente económica, financeira e social, tendo como pano de fundo a textura do tecido empresarial português, a sua envolvente e conjuntura interna e externa.

Despacho n.º 15 640/2007

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 58/2007, de 27 de Abril, do n.º 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director regional da Economia do Norte o licenciado Manuel Humberto Gonçalves Moura.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a nota relativa ao seu currículo académico e profissional que é publicado em anexo ao presente despacho.

26 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.*

ANEXO

Nota curricular

Nome — Manuel Humberto Gonçalves Moura.
Naturalidade — concelho de Gondomar, distrito do Porto.
Data de nascimento — 28 de Fevereiro de 1955.
Estado civil — casado.
Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1985), com 13 valores, na sequência de pedido de equivalência de licenciatura em Finanças e Créditos, obtida no Instituto de Finanças de Moscovo.
Ph. D. in Economics, pelo Instituto de Finanças de Moscovo (1985), tese de dissertação «Papel do investimento na regulação da economia de mercado».
Curso de contabilista, pelo Instituto Comercial do Porto, equiparado a bacharelato pelo Decreto-Lei n.º 313/75.
Curso de modelos tarifários, tido em 1988, na comissão coordenadora de desenvolvimento da Região Norte.
Curso de técnicas de comunicação, tido em Janeiro de 2004, no espaço de formação da DRE Norte.
Percurso profissional:

Economista nos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento de Gondomar (1988);
Analista de mercado da Delegação do ICEP em Moscovo de 1992 a 1999;
Delegado-adjunto na Delegação do ICEP em Moscovo (adido comercial da Embaixada de Portugal) de 1999 a 2003;
Gestor de mercado na Direcção de Mercados Internacionais e Articulação Estratégica (ICEP), em Lisboa, de Fevereiro a Agosto de 2003;
Analista de projectos de investimento no Centro de Análise de Projectos do Norte (IAPMEI) de Setembro de 2003 a Dezembro de 2005;
Gestor de produto (maquinaria e subcontratação industrial) na Unidade de Gestão Sectorial (ICEP), no Porto, de Janeiro de 2006 até à data;
Perito nacional, em Bruxelas, no grupo de peritos «Supporting the internationalisation of SMEs» (2007).

Actividades ao serviço do ICEP Portugal e da Embaixada de Portugal em Moscovo:

Apoio na preparação e acompanhamento da missão empresarial que integrou a visita oficial do Primeiro-Ministro, engenheiro José Sócrates, à Rússia (Maio de 2007);
Preparação e acompanhamento de missões empresariais integradas em visitas de estado do Presidente da República Portuguesa (Ucrânia — 1998; Rússia — 2001);
Frequente acompanhamento de empresários nas suas deslocações na Rússia;
Organização da participação portuguesa nas maiores feiras sectoriais em Moscovo;
Acompanhamento e apoio de missões comerciais nacionais;
Realização de contactos oficiais na Rússia [MNE, Ministério do Desenvolvimento e do Comércio, Ministério das Finanças, Ministério dos Transportes, Ministério da Agricultura (DG Veterinária), Comité

das Alfândegas, Governo de Moscovo, Banco Central, Banco do Comércio Externo, bancos comerciais, outras instituições financeiras e associações empresariais para solução de problemas das empresas portuguesas];
Participação na gestão e planeamento das actividades da Delegação de Moscovo;
Participação como adido comercial em reuniões de grupos de trabalho bilaterais UE-Rússia sobre várias matérias relativas às reformas na Rússia e ao relacionamento comercial UE-Rússia e OMC-Rússia, em Moscovo (1999-2003).

Idiomas — português, russo, inglês, francês e castelhano.

Despacho n.º 15 641/2007

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 58/2007, de 27 de Abril, do n.º 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo a licenciada Elisabete da Conceição dos Santos Velez.
A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional da nomeada e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a nota relativa ao seu currículo académico e profissional que é publicada em anexo ao presente despacho.

26 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.*

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome — Elisabete da Conceição dos Santos Velez;
Data de nascimento — 3 de Março de 1967.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (1992);
Frequência do curso de pós-graduação em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Lisboa (2000);
Pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2006).

Outras habilitações:

Estágio ministrado pelo conselho distrital da Ordem dos Advogados;
Curso «Gestão de empresas: uma perspectiva de futuro», AESE;
Curso «Direito das contra-ordenações»;
Curso «O concurso para dirigentes da Administração Pública»;
Curso «O regime jurídico do licenciamento de obras», SGCE;
Curso «O Código do Procedimento Administrativo»;
Curso «Programa legislar melhor»;
Curso «O enquadramento jurídico da mobilidade especial»;
Curso de informática em Windows, Word for Windows e Excel.

Categoria profissional — técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo.
Experiência profissional:

Adjunta do Ministro da Economia e da Inovação (XVII Governo Constitucional (2005-2007);
Membro efectivo do grupo de trabalho do programa de reestruturação da administração central do Estado do Ministério da Economia e da Inovação (2005-2006);
Conselheira efectiva do Ministério da Economia e da Inovação na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2005-2007);
Participação na 3.ª comissão mista luso-indiana (2006);
Representante do Ministério da Economia e da Inovação em diversas reuniões, no quadro da preparação dos diplomas orgânicos do MEI (2006-2007);
Chefe de divisão do Comércio da Direcção de Serviços do Comércio e Serviços da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (2005);
Responsável pelo Gabinete Jurídico da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (1995-2005);
Representante legal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (1995-2005);
Exercício de advocacia.

Alguns seminários e conferências:

Sessão pública de apresentação «Medidas de desformalização de actos notariais e simplificação dos processos administrativos»;
Jornadas de Direito Administrativo, Ordem dos Advogados, Distrital de Lisboa;
Seminário «Propriedade industrial — O novo Código» nas Jornadas de Direito Criminal — Revisão do Código Penal;
Seminário «Direito processual civil — Revisão do Código»;
Participação no *workshop* «O ADR e a segurança dos transportes», DRLVTE.

Outros dados — bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador.
Línguas estrangeiras:

Inglês, falado e escrito — *bom;*
Francês, falado e escrito — *bom;*
Espanhol, falado e escrito — *regular*.

Direcção-Geral de Geologia e Energia

Aviso n.º 13 010/2007

Por despacho de 26 de Fevereiro de 2007 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia e da Inovação, foi autorizada, ao abrigo dos artigos 11.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março, a transmissão de posição do contrato de concessão de exploração da água mineral natural, a que corresponde o número HN-17, de cadastro e denominação de Pisões-Moura, de Nestlé Waters Portugal, S. A., para Mineraqua Portugal — Exploração e Comercialização de Águas, L.da, essa, conforme escritura pública celebrada em 20 de Abril de 2007, no Cartório Notarial de Vidigueira.

30 de Maio de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria.*
2611031521

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 15 642/2007

Rectifica o certificado de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.05.6.025

No certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.05.6.025, da empresa Salvador Caetano, I. M. T. V., S. A., publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 137, de 19 de Julho de 2005, o nome passa a ser o de Toyota Caetano Portugal, S. A., ficando as demais disposições do anteriormente publicado.

27 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos.*
2611031290

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete de Planeamento e Políticas

Aviso n.º 13 011/2007

De acordo com o disposto nas alíneas *b*) e *d*) do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 16/99, de 24 de Março, bem como nos termos do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 300/2000, de 12 de Junho, e verificada a conformidade da candidatura apresentada pela empresa AVIPRONTO — Produtos Alimentares, S. A., torno público o seguinte:
1 — É aprovado o caderno de especificações apresentado pela AVIPRONTO — Produtos Alimentares, S. A., de acordo com o n.º 1 do Despacho Normativo n.º 16/99, de 24 de Março.
2 — Torno público que é autorizado à empresa AVIPRONTO — Produtos Alimentares, S. A., o direito de utilizar os rótulos constantes do anexo do presente diploma, reservado aos produtos que obedeçam às características fixadas na alínea *a*) do anexo IV do Regulamento (CEE) n.º 1538/91, de 5 de Junho, da Comissão.
3 — A SGS — Sociedade Geral de Superintendência, L.da, é reconhecida como organismo independente de controlo dos rótulos «Frango alimentado à base de vegetais», constantes do anexo ao presente diploma.